

**Centrais
mobilizam
trabalhadores
para a Greve
Geral**

Pág **4**



**Justiça decide a
favor do sindicato
na progressão
para titular**

Pág **2**



Ano XVII | Edição 235 - 20 de Setembro de 2016

CONTEXTO

BOLETIM INFORMATIVO DO SINASEFE

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Seção Sindical IFSC

Marcha reúne 10 mil servidores em Brasília



**Seção Sindical IFSC
participou da caravana
com oito representantes,
de diretoria e de base**

Pág **2**

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFSC.

Rua Nunes Machado, 94 – Ed. Tiradentes – 7º andar – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88.010-460. Fone (48) 3028-5787 e (48) 3028-2872. www.sinasefe-sc.org.br – twitter: @SinasefeIFSC. Facebook: www.facebook.com/sinasefe.

Gestão 2015-2017
Conscientização,
Mobilização e Luta.

Projeto Gráfico:

Flávia Destri Garcia.

Jornalista Responsável:

Luciano Faria (SC 363 JP).

Impressão: Open Brasil Graf.

DIRETORIA**COORDENAÇÃO GERAL**

André Eitti Ogawa.

Nadja Margotti Mendonça

Paulo Henrique O. P. de Amorim

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Everton Murilo Vieira

Obérto Eleandro Mayer

Vanildo Santos

COORDENAÇÃO DE PESSOAL

Lisani Geni Wachholz Coan

Elenira Oliveira Vilela

Janaina Turcato Zanchin

**ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO
POLÍTICA**

Daniela Cristina Kassner

Marcos Dorval Schmitz

**COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES
CULTURAIS**

Felipe Ferreira Bem Silva

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

Oscar Raimundo dos S. Júnior

Roberto Gonçalves Strelow

ARTICULAÇÃO NOS CÂMPUS

Fernanda Rosá

Sandra Beatriz Koelling



10 mil ocupam Esplanada em defesa de direitos

Mais de 10 mil pessoas, entre servidores públicos federais, estaduais e municipais, militantes de movimentos sociais e estudantes tomaram as faixas da Esplanada dos Ministérios, na manhã do último dia 13/09, em uma grande marcha da Jornada de Lutas organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) em unidade com as Centrais Sindicais.

Por deliberação de assembleia geral, a Seção Sindical IFSC participou da marcha

com oito representantes, de diretoria e de base. O Sindicato marcou presença também na Plenária Nacional do Fonasefe, no dia 14/09; na reunião dos Grupos de Trabalho (GTs) de Políticas Educacionais e Culturais e de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, Raça, Etnia e Trabalho Infantil do Sinasefe, nos dias 15 e 16/09; e na 144ª Plena do Sindicato Nacional, nos dias 17 e 18/09, com a delegada de diretoria, Fernanda Rosá, e com o delegado de Base, Juécio Kulmann de Medeiros.

Justiça decide a favor do sindicato na progressão para titular

A Seção Sindical conquistou, no início de setembro, mais uma importante vitória na justiça. Em resposta à ação civil pública movida pelo sindicato, a 4ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis entendeu que o direito à progressão para a classe de professor titular deve valer desde a data do preenchimento dos requisitos legais ou desde a data

do requerimento administrativo protocolado junto ao Instituto. O IFSC vinha reconhecendo a progressão apenas a partir da data da portaria que concedeu a promoção. Com isso, os docentes sindicalizados que tiveram acesso à classe de titular terão agora direito a receber, de forma retroativa, as diferenças financeiras decorrentes da decisão.

AGENDA

21/09 – Coluna Diálogos com a Classe Trabalhadora, às 10h, na rádio Campeche, 98,3 FM.

22/09 – Dia Nacional de Luta e Paralisação.

28/09 – Coluna Diálogos com a Classe Trabalhadora, às 10h, na rádio Campeche, 98,3 FM.

29/09 – Dia Nacional de Luta e Paralisação.

Programa de rádio

A Seção Sindical IFSC agora está na Rádio Campeche (98,3 FM), no programa “Educação em Debate”, com a coluna “Dialogando com a Classe Trabalhadora”. A estreia foi na quarta, dia 31/08, com uma entrevista sobre o PLP 257 e a PEC 241. No dia 7, a coluna abordou a Lei da Mordaza e no dia 14 o assunto foi a agenda de lutas contra a retirada de direitos. O “Educação em Debate” é apresentado por Valdeci Reis e discute pautas relacionadas à educação, ciência, e cultura. O Programa vai ao ar todas as quartas-feiras, das 10h às 11h, com reprise as segundas das 20h às 21h, pelas ondas da 98,3 Campeche FM, e também pode ser acompanhado pelo site da emissora.



GREVE GERAL

Centrais discutem Greve Geral para barrar retirada de direitos

Neste mês de setembro, as principais centrais sindicais brasileiras, junto com seus sindicatos filiados, iniciaram os debates sobre a necessidade de realização de uma Greve Geral para barrar as diversas propostas governamentais que mexem com a vida de milhares de trabalhadores no país.

Desde a PEC 241, que limita os investimentos em serviços públicos por 20 anos, passando pela reforma da previdência, que pretende restringir a aposentadoria, para homens e mulheres, aos 65 anos de idade, até a reforma trabalhista, que vai alterar os tipos de contrato e a jornada de trabalho visando

diminuir o custo da mão-de-obra no Brasil, todos os projetos tem em comum o objetivo de aumentar o caixa do governo para continuar garantindo o pagamento dos juros e serviços da dívida pública aos bancos.

O Sinasefe também está fazendo o debate sobre a greve com os servidores do IFSC. E



para ajudar nessas discussões, esta edição do boletim Contexto traz um breve histórico das greves gerais no Brasil desde a independência.

1ª Greve Geral, no início do século XX

No começo do século XX aconteceu, em São Paulo, a grande greve de 1917. Naquele ano, a crise no comércio exterior, causada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), aumentava preços, diminuía salários e provocava escassez de alimentos no Brasil. Para atenuar os efeitos da crise e garantir seus lucros, os patrões esticaram as jornadas de trabalho, causando enorme revolta entre os trabalhadores, que organizaram uma grande passeata no dia 9 de julho, na capital paulista. Na marcha, o sapateiro Antonio Martinez foi morto pela polícia e o assassinato tornou-se o estopim para a primeira greve geral do Brasil após a independência. O movimento, que parou a cidade por três dias, acabou vitorioso, com a conquista do aumento de salário, rebaixamento do custo dos aluguéis e promessa de redução da jornada de trabalho para 8 horas.

2ª Greve Geral, na ditadura

A greve geral seguinte, realizada 66 anos depois, aconteceu no dia 21 de julho de 1983, ainda durante o regime militar. O movimento paralisou três milhões de trabalhadores, como metalúrgicos, bancários, metropolitânicos,

professores e servidores públicos, com grandes manifestações nas principais capitais do país. Seu impacto político foi enorme, com novas intervenções em sindicatos e cassações de dirigentes. A greve geral ajudou a pavimentar o terreno para a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

3ª Greve Geral, no Plano Cruzado

A terceira greve geral desse período aconteceu no dia 12 de dezembro de 1986, em conjunto com a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), e reuniu cerca de 25 milhões de trabalhadores, com paralisação total na região do ABC paulista e manifestações no restante do país. Contra o plano cruzado, o movimento era também em defesa do salário, do congelamento de preços, das estatais e contra o pagamento da dívida externa.

4ª Greve Geral, no Plano Bresser

Em 20 de agosto de 1987, nova greve geral é convocada pela CUT e CGT para protestar contra o Plano Bresser de arrocho nos salários. O movimento incluía ainda a exigência política de "Diretas Já" (Sarney era vice de Tancredino, eleito no Colégio Eleitoral da ditadura). De menor envergadura

que a anterior, também registrou manifestações em grandes cidades e milhões cruzaram os braços.

5ª Greve Geral, no Plano Verão

Em 14 e 15 de março de 1989, desta vez por 48 horas, nova greve geral é convocada, agora contra o Plano Verão - que trazia recessão e desemprego - pela recuperação das perdas salariais, reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, congelamento dos preços dos produtos básicos e "Fora Sarney". 35 milhões de trabalhadores aderiram ao movimento e houve grandes manifestações nas capitais.

6ª Greve Geral, no início do governo Collor

Logo no início do mandato de Fernando Collor, CUT, CGT e CGTB (Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros) convocaram uma Greve Nacional das categorias em luta em 12 de junho de 1990, reivindicando reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

7ª Greve Geral, antes do impeachment de Collor

Em 22 e 23 de maio de 1991, a CUT, novamente ao lado das duas CGTs, convocou greve geral por 48 horas pela reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo dos aluguéis e prestações da casa própria e em defesa da democracia. Cerca de 20 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades em todo o país. As mobilizações sindicais do período engrossaram o movimento "Fora Collor", que iria derrubar o presidente ao final de 1992.

8ª Greve, na era FHC

Em 21 de junho de 1996, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, CUT e Força Sindical (surgida em 1991) deflagraram outra greve nacional pela manutenção dos direitos. Fernando Henrique aplicava uma política de privatização e flexibilização dos direitos trabalhistas, de acordo com o receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional). A greve tinha como centro o emprego, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais e trabalhistas. 12 milhões de trabalhadores responderam paralisando suas atividades em todo o país.

MOBILIZAÇÃO

Servidores aprovam mobilização para a greve geral

Reunidos em assembleia geral no último dia 9/9, no Miniauditório do câmpus São José, os servidores do IFSC aprovaram a realização de atividades de mobilização no período de 12 a 14/09 em todos os câmpus, juntamente com a Jornada Nacional de Lutas, que teve acampamento, marcha unificada dos servidores públicos e Plenária dos SPFs em Brasília nesse período. Dez representantes da Seção Sindical, entre sindicalizados de base e da diretoria, participaram das mobilizações na capital federal, contra a PEC 241/16, o PLP 257/16, a reforma da previdência, as privatizações e em defesa de salários, direitos e empregos.

Preocupados com a censura às manifestações sindicais no IFSC, expressas na forma autoritária com que faixas da Seção Sindical vêm sendo retiradas de vários câmpus, os servidores aprovaram o lançamento de uma nota sobre o assunto. A Diretoria da Seção deve

procurar o movimento autônomo dos alunos para discutir com eles o que vem ocorrendo e os representantes locais do sindicato também foram chamados a pautar esse tema nos colegiados.

Com a participação do representante do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, servidor do TCE, Sidnei Silva, a assembleia discutiu ainda a proposta de pedido de impeachment do governador Raimundo Colombo, por desvios de recursos tributários e pela abertura de crédito suplementar sem o preenchimento dos requisitos legais. Por unanimidade, os servidores decidiram que a Seção Sindical do Sinasefe IFSC, por intermédio de um dos seus coordenadores, deve ser uma das entidades a assinar o pedido.

Também por unanimidade, a assembleia aprovou a filiação da Seção Sindical ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).



Reitora do IFSC culpa greve de 2015 por falta de recursos no Continente

No dia 29 de agosto, estudantes do IFSC continente foram ao Consup cobrar explicações sobre os problemas que vem sendo causados pelo corte de recursos no câmpus. Em sua resposta, a reitora do Instituto disse que um dos motivos que dificultou a aquisição de insumos foi a greve dos servidores de 2015. Em nota divulgada no dia 31/08, a diretoria da Seção classificou a colocação da reitora de “desonesta”, uma vez que os servidores dos setores responsáveis pelas compras não participaram do movimento grevista. “Como é

possível que não tenha havido prejuízo na compra de insumos para a posse da reitora, ocorrida dia 16 de maio deste ano, e que haja problemas agora no segundo semestre de 2016 vinculados a um processo grevista ocorrido em 2015?”, questionou o Sinasefe. A greve terminou no dia 30/09/15 após um acordo que garantiu a reposição de todo trabalho acumulado. Problemas de gestão e falta de recursos, portanto, nada têm a ver com o movimento dos trabalhadores no ano passado, informou a Seção.

NENHUM DIREITO A MENOS!
**FORA TEMER,
GOLPISTA!**

Censura no IFSC

Faixas com as palavras de ordem “Fora Temer, nenhum direito a menos” foram retiradas, sem qualquer aviso ou permissão do Sindicato, dos câmpus Araranguá, Florianópolis Centro, Florianópolis Continente, Jaraguá Centro, Jaraguá GW, Gaspar e São José. O assunto foi objeto de debate na assembleia do último dia 9/9. Em resposta, a Seção Sindical lançou uma nota de repúdio no dia 31/08 e, mais recentemente, no dia 14/09, divulgou um manifesto contra a censura no IFSC. “A retirada autoritária das faixas fere a liberdade de expressão e, mais que isso, impede e bloqueia o debate sobre os ataques que o atual governo planeja contra os servidores e estudantes”, diz o texto. No documento, a Seção pede também que as direções de câmpus tomem atitudes legais e disciplinares contra esse tipo de postura.

